

OPINIÃO

Qual a sua avaliação sobre a validade do “acordo ortográfico” que muda algumas regras da língua portuguesa?

Fotos: REGINA VOGT



Márcia Cristina Correa, 44 anos, Profª do Departamento de Letras Clássicas e Linguística.

“As modificações que o acordo traz não têm o efeito político pretendido, que é a valorização do português na ONU (Organização das Nações Unidas). Para mim, isto é meramente um adereço. Vai ter muito mais efeito em Portugal do que no Brasil. Inclusive questões que marcam a língua escrita, que em Portugal permanecem na fala. O “c” mudo da palavra facto, por exemplo, então, para eles o acordo é muito mais efetivo do que para nós. Eu acho que tem uma questão que mexe com o mercado editorial. Só para citar o exemplo do dicionário Aurélio, que a partir de janeiro de 2009 vai estar desatualizado, e todas as escolas terão que mudar seus livros didáticos. Então, na verdade, quem lucra mais é o mercado editorial. Acho que a discussão de língua no Brasil deveria ser de outro nível, não essas questões de tira o trema, tira acento, porque vai ser até difícil de acostumar com a mudança”.

Sara dos Santos Mota, 25 anos, mestranda em Letras na UFSM.

“Acredito que a reforma ortográfica funciona como uma política de promoção da língua portuguesa, aumentando sua circulação na modalidade escrita. Pois, ao contrário do que muitos pensam, as mudanças não afetarão a fala das pessoas”.



Fernando Maicon Prado Taschetto, 18 anos, acadêmico do Curso de Direito da UFSM.

“Eu acredito que a intenção do acordo em querer unificar a língua é muito boa, porque vai propiciar talvez, que os falantes, os leitores de todos os países de língua portuguesa, possam ter uma escrita comum. Mas eu sou bem crítico quanto ao acordo

ortográfico porque na verdade as pessoas vão continuar falando diferente. No próprio Brasil, nós temos diferenças regionais na fala, imagine entre outros países. Tem algumas regras do acordo que vão continuar diferentes no Brasil e em Portugal. Então, na verdade, se está propalando tanto a idéia de uma unificação, mas na verdade a unificação não vai ser total”.

Docentes decidem no III Congresso Extraordinário não alterar estatuto

FRITZ NUNES



Congressistas contra mudança estatutária venceram por 141 a 96 votos

Recuar estrategicamente, alterando o estatuto do ANDES-SN, abrindo mão temporária da representatividade dos professores de faculdades particulares. Essa era uma das decisões possíveis de serem tomadas, e, a partir dela, poderia ser buscado um acordo com sindicatos da rede particular e assim tentar reaver o registro sindical, suspenso unilateralmente pelo Ministério do Trabalho e do Emprego. A discussão foi acalorada na manhã de domingo, 21 de setembro, no auditório do Parlamundi, em Brasília, durante o III Congresso Extraordinário do ANDES. Entretanto, prevaleceu, majoritariamente, a idéia de que o ANDES defende como princípio de sua história um padrão único de qualidade, seja para a rede de ensino superior pública, seja para a rede privada. Abrir mão dessa bandeira seria abdicar dos princípios, além de uma demonstração de fraqueza perante a pressão do governo. Essa segunda análise foi o entendimento da maioria dos delegados que estava na votação: 141. Interpretaram de forma diferente, 96 delegados. Dessa forma, não haverá mudança no estatuto do Sindicato Nacional.

Pela primeira vez nos congressos mais recentes, a diretoria do ANDES – SN não estava fechada em torno de uma única proposta. Para figuras históricas do Movimento Docente, como o professor Edmundo Fernandes Dias, de Campinas (Unicamp), seria importante um “recoo estratégico”, alterando o estatuto do Sindicato. Na mesma linha caminhou o ex-presidente do ANDES na gestão 2006-2008, Paulo Rizzo (ver mais detalhes sobre argumento na página 05). Para ele, os congressistas estavam reunidos para tomar medidas que “evitem que o ANDES acabe”. O 1º tesoureiro do ANDES, José Zago, também defendeu o “recoo” no caso da representatividade das faculdades privadas. Segundo ele, recuar para depois avançar sempre fez parte da estratégia da classe trabalhadora.

LEGITIMIDADE- Na compreensão da professora Maria Cristina de Moraes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que foi presidente do ANDES de 1996-1998, não se pode trocar “legitimidade” por “legalidade”. Josevaldo Cunha (UFCG-PB), analisou que não se pode ceder à “demandas corporativas” da categoria. Marina Barbosa, da Federal Fluminense, que também presidiu o Sindicato Nacional (2004-2006), destacou que o ANDES não pode ser dividido

por setores (particulares, estaduais e federais). Segundo ela, o projeto do sindicato é para uma educação com padrão unitário de qualidade e, que, ao abdicar das particulares, o recuo não seria apenas tático, mas de princípios.

Na avaliação do presidente da SEDUFSM, Sérgio Prieb, que participou do III Congresso, juntamente com mais oito colegas da UFSM, a partir do resultado do Congresso, que se opôs à alteração do estatuto do ANDES-SN, “os desafios serão bem maiores para a entidade e suas seções sindicais”. Segundo ele, “a SEDUFSM vive há algum tempo o problema de diminuição de sua arrecadação devido aos entraves criados pelo governo Lula com a suspensão arbitrária do registro sindical do ANDES-SN, sendo esta uma das questões mais imediatas que deverão ser enfrentadas pela diretoria atual, que terá de buscar alternativas”.

Prieb ressalta que será “necessário fazer uma ação efetiva de esclarecimento aos nossos associados da situação que o sindicato vive, bem como do que representa a tentativa de criar por parte do Proifes/CUT, um novo sindicato de professores das IFES, de caráter chapa branca e divisionista, construído com o objetivo de enfraquecer o ANDES-SN”. Também estiveram no evento de Brasília, representando a SEDUFSM, os professores Rondon de Castro, Julio Quevedo, Fabiane Costas, Maristela Souza, Adriano Figueiró, Hugo Blois Filho, Francisco Freitas e Rejane dos Santos. No total, participaram do III Congresso Extraordinário, 62 seções sindicais, 281 delegados, 12 observadores e três convidados.

Presidente do ANDES avalia positivamente

O presidente do ANDES-SN, professor Ciro Correia, avaliou positivamente a decisão tomada durante o III Congresso Extraordinário de não alterar o estatuto e manter o sindicato como representante do setor das particulares. Diz Correia em entrevista publicada no site da entidade nacional dos docentes:

“Faço uma análise muito positiva. Primeiro, porque teve uma participação expressiva de 62 seções sindicais, representadas por quase 300 delegados de todo o país. Fizemos uma análise extensa do óbice que o Ministério do Trabalho coloca para reverter a decisão arbitrária de suspender o registro sindical que o ANDES-SN tem desde o início dos anos 90, e saímos fortalecidos justamente porque a compre-

ensão geral é de que não será por medidas de caráter administrativo, para atender exigências do Ministério, que iremos mudar nosso Estatuto. O entendimento que prevaleceu foi o de que não será cedendo a exigências cartoriais e arbitrárias que vamos resolver um problema fundamentalmente político. Os participantes do III Congresso Extraordinário entenderam que o ANDES-SN está submetido a ilegalidade artificial justamente por sua crítica contundente às políticas que têm sido apresentadas como solução para os problemas da educação, quando não o são”.

“Não será cedendo a exigências cartoriais que resolveremos o problema”

(Ciro Correia, presidente do ANDES-SN)

(A íntegra da entrevista pode ser lida em www.andes.org.br, na data de 25 de setembro de 2008)